

FSD
20/3/97 3-4

AMBIENTE *ONGs criticam tom genérico de documento final e se recusam a assiná-lo; participantes chegam a rasgar cópias*

Rio+5 termina em crise e sem consenso

RONI LIMA
da Sucursal do Rio

O encontro ambientalista Rio+5 terminou em crise. O documento final de 11 páginas intitulado "Da Agenda à Ação", com o resumo das discussões dos grupos de trabalho da reunião, foi rejeitado por entidades de várias partes do mundo.

O conteúdo foi criticado por ser genérico demais e não contemplar pontos discutidos nos encontros setoriais. Algumas pessoas, em protesto, chegaram a rasgar cópias do documento final.

Representantes de ONGs (organizações não-governamentais) reclamaram também que a organização do evento foi muito confusa. Grupos de jovens distribuíram nota afirmando que não se sentiram suficientemente representados.

Para tentar "apagar o incêndio", os organizadores do encontro — que reuniu cerca de 500 pessoas de várias partes do mundo, de quinta passada até ontem — cancelaram o relatório final, propondo uma nova redação para daqui a dez dias.

O "Da Agenda à Ação" foi idealizado para conter recomendações de ações práticas para que a Agenda 21 — documento aprovado na Eco-92 — fosse implementada pelos países.

Junto com a Carta da Terra — documento de princípios éticos e morais finalizado ontem na Rio+5 —, o "Da Agenda à Ação" ficou de ser encaminhado para a reunião da ONU, em junho, que fará um balanço oficial dos resultados da Eco-92.

No entanto, o presidente da ONG Conselho da Terra, o canadense Maurice Strong, que promoveu a Rio+5, afirmou ontem que o documento criticado "não era para ser uma coisa definitiva".

Ele disse que a Rio+5 começou "com muito caos, mas a partir desse caos forjamos alguns instrumentos para a ação".

Tom genérico

O representante da Cepal (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe), Roberto Guimarães, disse que os relatórios dos grupos setoriais de trabalho não foram adequadamente resumidos no "Da Agenda à Ação".

Ele não gostou do tom genérico do resumo. "O documento recomenda por exemplo a inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável na discussão da previdência social. Mas como fazer isso?"

Ele criticou também o documento por não tocar na proposta de formação de conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável — um tema que teria sido consenso entre os grupos de trabalho.

Para Guimarães, o maior problema agora será garantir que a comissão formada redija um documento afinado com as discussões dos grupos.

Processo confuso

O presidente da ONG brasileira IED (Instituto de Ecologia e Desenvolvimento), Liszt Vieira, afirmou que os relatórios dos grupos eram mais críticos. "Eles criticavam a economia de mercado. O resumo final não fala disso."

Para o diretor-executivo da World Federalist Movement (ONG internacional com sede nos EUA), William Pace, a crise refletiu "o confuso processo" de organização da Rio+5.

A presidente da ONG chilena Renace, Sara Larrain, disse que a pauta do encontro foi genérica e os temas não foram aprofundados. "O foco mudava todo dia."

Apesar das críticas, houve um consenso positivo em relação à conferência — foi um avanço colocar lado a lado setores governamentais, empresariais e ONGs.



O canadense Maurice Strong, ao lado de Bella Abzon, ontem no encerramento da conferência Rio+5

Cacique quer demissão

da Sucursal do Rio

O cacique xavante Aniceto Tsudzware pediu ontem na Rio+5, em nome de cerca de 60 lideranças indígenas do Brasil, a demissão do presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Júlio Gaiger.

Em entrevista de representantes indígenas que participaram da Rio+5, Tsudzware distribuiu cópia de documento reivindicatório que havia sido entregue na Rio+5, antevendo, ao presidente FHC.

As lideranças de nações indígenas reclamam que o presidente da Funai teria proposto a redução das administrações executivas do órgão, para transferir o poder administrativo para capitais de Estados.

Para os índios brasileiros que assinaram o documento, essa proposta tiraria a autonomia das administrações, retardando a solução de questões como a invasão de áreas indígenas.

A assessoria do Palácio do Planalto disse que o FHC recebeu o documento, mas que ainda não o analisou.

Os índios que participaram da Rio+5 distribuíram também uma declaração final intitulada "Não Somos Invisíveis e Temos Voz".

Para os índios, suas formas de vida se enquadram no desenvolvimento sustentável. Lideranças afirmaram que só participaram da Rio+5 para poder expressar suas reivindicações.

Eco-92 incentivou nascimento de entidades

RICARDO BONALUME NETO
especial para a Folha

Uma detalhada lista de organizações ambientalistas brasileiras, publicada agora por ocasião da Rio+5, revela que a "Rio menos 5" (a Eco-92) foi a causadora de uma expansão notável delas no país, que incluiu uma profissionalização crescente.

Esse efeito multiplicador do ambientalismo brasileiro da realização da conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente no Rio de Janeiro em 1992 é observável pelos resultados dessa compilação, a Ecolista.

Descobriu-se o que já era suspeitável — entre outras coisas que, das 985 instituições ambientalistas que responderam ao questionário (260 governamentais e 725 não-governamentais), apenas 39,2% têm mais de dez anos de existência.

O projeto da Ecolista foi patrocinado pelo FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente) e Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

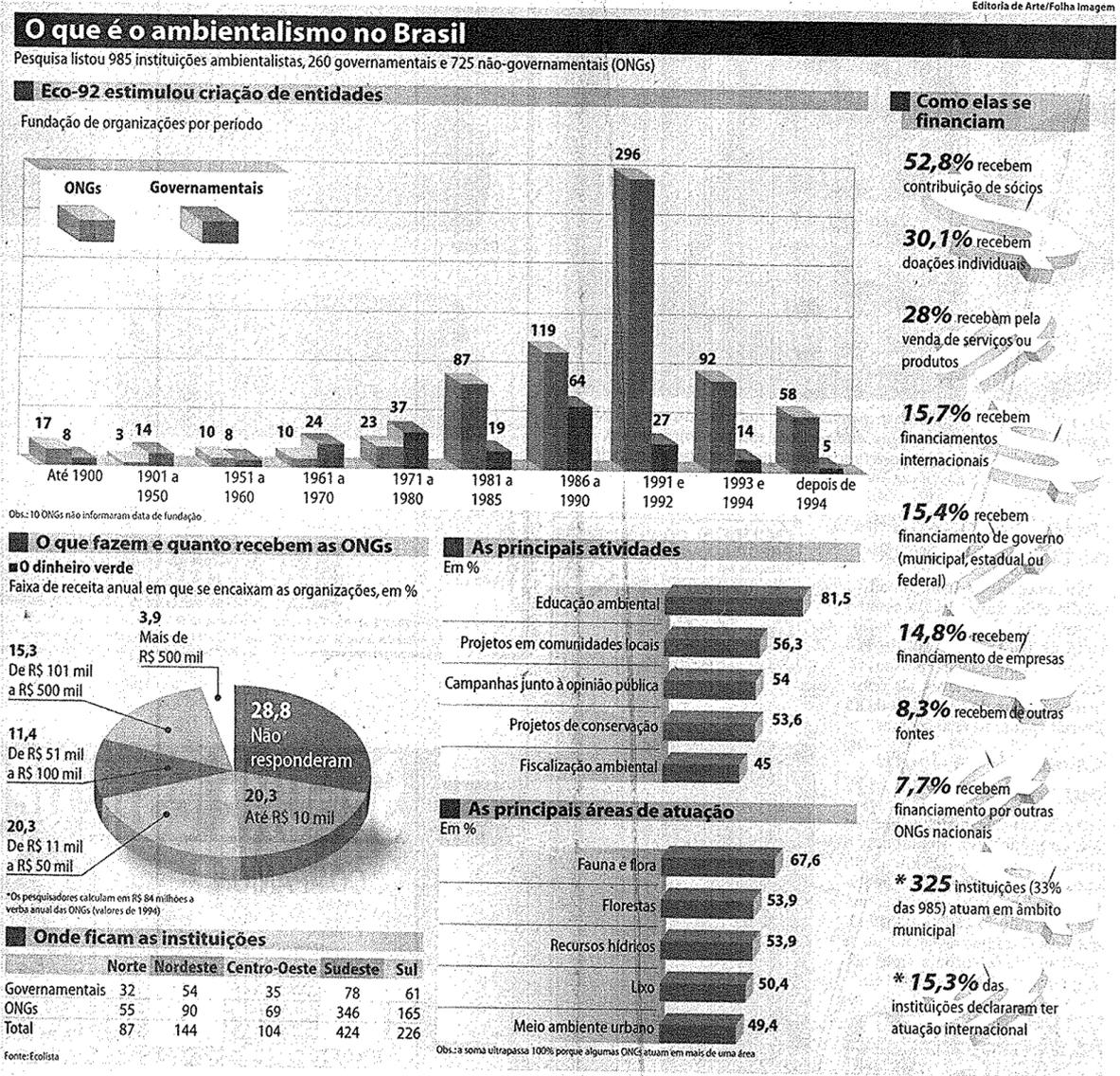
Os realizadores são duas ONGs (organizações não-governamentais), o WWF (Fundo Mundial para a Natureza), sediado em Brasília, e o Mater Natura, de Curitiba.

A profissionalização crescente se nota no aspecto do financiamento. Das entidades, 28,8% não responderam a esse item do questionário. Mas foi possível ver que 15,3% delas têm verba anual de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil, e 3,9% passaram de R\$ 500 mil.

Apesar do crescente apoio dado por empresas ao ambientalismo (14,8% recebem financiamento de empresas), os dados da lista permitem ver, por exemplo, que 173 ONGs recebem de 75% a 100% de sua receita de contribuição de sócios.

No outro extremo, há 12 ONGs que não mereceriam o nome "não-governamental", pois recebem de 75% a 100% de sua receita dos governos federal, estadual ou municipal.

Os pesquisadores calculam em R\$ 84 milhões a verba anual das ONGs (em valores de 1994). Uma versão anterior da lista tinha sido



feita pela Mater Natura em 1992, com 1.533 ONGs cadastradas.

"A redução não significa que o número de ONGs diminuiu, mas apenas que pela primeira vez é possível ter uma estimativa mais confiável do número de ONGs ambientalistas no Brasil", dizem os

autores da lista. Foram mandados 1.970 questionários, e houve cerca de metade de respostas.

A lista revela um grande número de entidades com atuação apenas local. "O problema ambientalista não é resolvido só com grandes políticas em Brasília", diz Paulo

Pizzi, presidente da Mater Natura.

Fauna e flora podem ser a área de atuação mais citada (67,6%), mas há 49,4% de ONGs que se preocupam com o meio ambiente urbano. A maioria atua em educação ambiental (81,5%) e projetos em comunidades locais (56,3%).

A Ecolista tem 350 páginas e inclui uma versão em disquete (para PC e Windows). Ela está sendo enviada gratuitamente para quem respondeu e também está à venda pela WWF (tel. 061/248-2899) e Mater Natura (telefone 041/323-1268), por R\$ 35.

Subsídios são 'antecológicos'

da Sucursal do Rio

Estudo apresentado na Rio+5 informa que os governos de 40 países gastariam anualmente de US\$ 700 bilhões a US\$ 900 bilhões em subsídios a quatro setores econômicos — a maior parte financiando práticas nocivas ao meio ambiente.

Realizado pelo Instituto Alemão para Pesquisa sobre Gastos Públicos, o estudo afirma que, desse volume de dinheiro, não chegariam a 5% os gastos em ações consideradas benéficas ao ambiente.

Segundo o economista do instituto Andre de Moor, foram analisados os subsídios empregados nos setores agrícola, de água, energia e transporte rodoviário. Nem todos os países tiveram os quatro setores analisados.

Países como o Brasil, Argentina, EUA, Alemanha e Rússia foram pesquisados. Para o secretário-geral da Comissão Brundtland, Jim Macneil, que participou do estudo, o resultado demonstra que os discursos dos governos não correspondem a suas políticas.

"Os ministros podem falar coisas belas. Mas é preciso questionar como é que gastam os recursos governamentais", disse.

Segundo ele, só no Canadá são empregados US\$ 6 bilhões para se subsidiar programas que utilizam formas tradicionais de energia, que provocam o efeito estufa (aquecimento da terra).

O mesmo acontece em outros países, segundo a pesquisa. Na agricultura, os subsídios anuais seriam da ordem de US\$ 335 bilhões. No setor água, de US\$ 50 a US\$ 100 bilhões. No energético, US\$ 80 bilhões. No setor de transporte rodoviário, algo em torno de US\$ 215 bilhões.

Os pesquisadores avaliam que os recursos empregados podem chegar a US\$ 900 bilhões. Macneil afirmou que alguns subsídios "sempre serão necessários", principalmente para ajudar setores mais desprotegidos, como os pequenos agricultores.

Para os organizadores da pesquisa, os resultados devem contribuir para que outros grupos que estudam a questão se unam para propor programas internacionais de reforma da política de subsídios.